



Geografia: Políticas e Democracia

**Anna Paula Lombardi
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia: Políticas e Democracia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia [recurso eletrônico] / Organizadora
Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-145-9

DOI 10.22533/at.ed.459191902

1. Geografia física. 2. Geografia humana. 3. Dinâmica espacial.
I.Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: as cidades e as dinâmicas urbanas na perspectiva política e democrática”, no volume 1, apresenta estudos de grande relevância tendo como enfoque a dinâmica espacial nas áreas urbanas e rurais no Brasil. A Ciência Geográfica através das diferentes categorias e a relação dessas são o ponto chave para compreender a complexidade de fatos e fenômenos que ocorrem nas diferentes espacialidades, logo pelo ponto de vista de autores da área de conhecimento da Geografia publicados pela editora Atena.

O volume 1, exibe 18 capítulos que tem como temática: expor a questão do uso e ocupação do solo pelo aspecto da densidade populacional, ocupação irregular, relações de gênero no espaço urbano, regularização urbana de imóveis, a questão ambiental e a agricultura familiar, áreas de lazer e os parques urbanos, a agroindústria na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir na compreensão de estudos nas cidades, abordando aspectos nas áreas urbanas e rurais e o dinamismo dessas espacialidades pelo âmbito político e democrático, é o que será exposto nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos na Ciência Geográfica que são temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO	
Judite de Azevedo do Carmo	
Willian Borges Vieira	
Beatriz de Azevedo do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919021	
CAPÍTULO 2	10
A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Vital António Vilelas Faria	
DOI 10.22533/at.ed.4591919022	
CAPÍTULO 3	20
RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO	
Vinícius Silva de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4591919023	
CAPÍTULO 4	30
PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPERA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA	
Loslene Neves Costa;	
Letícia Soares da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4591919024	
CAPÍTULO 5	39
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	
Ramon Alves Malta	
Rafael Guimarães Farias	
André Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4591919025	
CAPÍTULO 6	53
(DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	
Ana Nábila Lima Campos	
José Elias Pinheiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.4591919026	
CAPÍTULO 7	60
A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA	
Suelen Terre de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919027	

CAPÍTULO 8	68
EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA	
Daniel Almeida Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.4591919028	
CAPÍTULO 9	85
CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM	
Edelson Gonçalves Marques	
Luciano Soares Gonçalves	
Valdenice dos Santos Rodrigues	
Charlene Maria da Silva Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.4591919029	
CAPÍTULO 10	94
MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS	
José Francisco Belfort Brito	
Romeu Costa Araújo	
Fernando Carvalho Silva	
Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito	
DOI 10.22533/at.ed.45919190210	
CAPÍTULO 11	113
UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)	
Paulo Daniel Curti de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45919190211	
CAPÍTULO 12	124
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS <i>CAMPI</i> ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	
Geovana Prante Gasparotto	
Jennifer Sitária Petzold Mendes	
Josiane Cristina Leal Pontes	
Neudy Alexandro Demichei	
DOI 10.22533/at.ed.45919190212	
CAPÍTULO 13	133
EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190213	
CAPÍTULO 14	143
ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE	
Marina Loureiro Medeiros	
Guilherme José Ferreira de Araújo	
Edvânia Torres Aguiar Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190214	

CAPÍTULO 15	151
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI	
Andreza de Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.45919190215	
CAPÍTULO 16	160
A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
Matheus Andrade Marques	
DOI 10.22533/at.ed.45919190216	
CAPÍTULO 17	169
A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO	
Jhonatan dos Santos Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.45919190217	
CAPÍTULO 18	178
UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.45919190218	
SOBRE A ORGANIZADORA	186

UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)

Paulo Daniel Curti de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Mato Grosso
Pontes e Lacerda – Mato Grosso

RESUMO: O papel central das áreas protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Destarte, os objetivos contemplados no artigo foram: discutir a importância da criação do plano de manejo do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, apontar os entraves para elaboração (ou não) do documento e relacionar as atividades desenvolvidas dentro da UC como causadoras de impactos à sustentabilidade da mesma. Como metodologia empregada para atingir tais propósitos, enumeram-se algumas ferramentas de pesquisa que foram utilizadas, como o levantamento de dados secundários em fontes diversas, entrevista com representante do poder público estadual da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT), registro fotográfico e pesquisa *in locu*. Através do caminho percorrido, observou-se como um dos resultados mais importantes a existência de algumas problemáticas inerentes ao uso racional da UC, principalmente àquelas relacionadas a regularização fundiária, pois na época de sua criação já haviam posseiros residindo o local. Dessa forma, considera-se

que a situação descrita passa pela elaboração do Plano de Manejo que possivelmente fomentará a utilização racional dos recursos naturais da UC. Considera-se ainda que, levando em consideração as abordagens em torno de plano de manejo e principalmente sobre os seus objetivos é possível configurar uma relação entre ele com a UC, de modo que se visualize a importância do documento para o desenvolvimento de atividades sustentáveis a partir da formulação de diretrizes para criar, implantar e gerir unidades de conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente - Áreas Protegidas – Plano de Manejo – Preservação Ambiental - Parque Estadual Serra Ricardo Franco.

ABSTRACT: The central role of protected areas is to preserve spaces with important ecological attributes. The objectives of this article were: a) to discuss the importance of creating a management plan for the Serra Ricardo Franco State Park, b) to point out the obstacles to elaborate (or not) the document, and c) to relate the activities developed within the PA as impact of its sustainability. As a methodology used to achieve these purposes, we list some research tools that have been used, such as the collection of secondary data in various sources, interview with a representative of the state public authority in the State Secretary of Environment

of the State of Mato Grosso (SEMA- MT), registered photography and in locu research. Through these ways, it was observed as one of the most important results the existence of some problems inherent to the rational use of UC, especially those related to the land regularization, because at the time of its creation there were already squatters residing at this place. Thus, it is considered that the described situation is based on the elaboration of the Management Plan that possibly will promote the rational use of the natural resources of the CU. It is also considered that, the approaches around the management plan and mainly about its objectives, it is possible to establish a relationship between it and the CU, so as the importance of the document was considered for the development of sustainable activities from the formulation of guidelines to create, to deploy and to manage conservation units.

KEYWORDS: Environment - Protected Areas - Management Plan - Environmental Preservation - Serra Ricardo Franco State Park.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente constata-se que os atuais processos produtivos aliados ao crescimento populacional são incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres. São vários os aspectos que compõe a “crise ambiental” instaurada em escala global, como a escassez de recursos naturais, poluição ambiental e problemas sociais, como miséria e desigualdade.

Mais que componentes estes problemas são interdependentes e derivam de um modelo de desenvolvimento arraigado por uma compreensão fragmentada e obsoleta da realidade, cuja transcendência necessariamente requer mudanças na percepção, no pensamento e nos valores da humanidade. Nesse contexto, a humanidade está sendo despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana (McCORMICK, 1992).

Sendo assim, a forma como a sociedade se relaciona com o ambiente tem sido foco de análise e a instituição de regras para a utilização econômica dos recursos naturais é um ponto comum, embora a maneira de como proceder seja controversa, conforme as diferentes perspectivas. A conservação da natureza tem o propósito de abordar estas relações e é entendida pela legislação vigente como: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

O estabelecimento de áreas naturais protegidas – um dos eixos de sustentação conservacionista – vem sendo utilizado como ferramenta para salvaguardar o patrimônio natural desde 1872, com a criação do primeiro parque nacional, o “Yellowstone

National Park” nos Estados Unidos, sendo posteriormente adotado por outros países (DIEGUES, 1998). Segundo este autor, no Brasil, a primeira iniciativa neste sentido ocorreu em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. Hoje, o sistema federal de unidades conservação abrange 6,3% do território nacional, dos quais 44% estão protegidos integralmente e 56% constituem unidades de conservação (UC) de uso sustentável.

O conceito e manejo destas áreas evoluíram consideravelmente, cujas finalidades perpassam pela preservação da diversidade biológica, sustentação dos processos ecológicos fundamentais aliados à pesquisa científica, à educação ambiental, à recreação em contato com a natureza, ao turismo ecológico e ao desenvolvimento regional/ambiental ordenado.

Assim, atualmente passa a ser almejada a congregação de diferentes objetivos que se proponham, não só à conservação ambiental, mas também à construção de uma nova relação humana com o meio natural. No entanto, compatibilizar a presença de pessoas com a proteção ambiental não tem sido uma tarefa fácil, embora a dimensão social de áreas naturais protegidas constitua peça chave na sua consolidação.

Os parques nacionais são concebidos como unidades de conservação de proteção integral cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais incluindo pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, desenvolvidas de acordo com as normas estabelecidas no seu plano de manejo (BRASIL, 2000).

Segundo Quintão apud Diegues (*op.cit.*), o código florestal brasileiro de 1965 definiu como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Nessa perspectiva, Diegues (*op.cit.*) destaca que o objetivo geral das áreas protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior.

2 | OBJETIVOS/METODOLOGIA

Os objetivos propostos no artigo foram: discutir a importância da criação do plano de manejo do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, apontar os entraves para elaboração (ou não) do documento e relacionar as atividades desenvolvidas dentro da UC como causadoras de impactos à sustentabilidade da mesma.

Como metodologia para atingir tais propósitos, enumeram-se algumas ferramentas de pesquisa que foram utilizadas, como o levantamento de dados secundários em fontes diversas, entrevista com representante do poder público estadual da Secretaria

Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT), registro fotográfico e pesquisa *in locu*.

3 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O parque estadual Serra Ricardo Franco localiza-se no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na porção oeste do Estado de Mato Grosso, na microrregião Alto Guaporé (figura 1). Conforme Mato Grosso (1998) a Serra Ricardo Franco está compreendida entre os paralelos 14° e 15° de latitude Sul e os meridianos 60° e 60° 30' de longitude Oeste de Greenwich.

A seguir, destacam-se algumas peculiaridades fisiográficas do parque estadual Serra Ricardo Franco. As informações que se seguem foram extraídas de Mato Grosso (*op. cit.*).

O clima da UC inclui-se na categoria Úmido de Altitude das Serras e Maciços Residuais com uma estação chuvosa e outra seca (de cerca de 4 meses), com temperatura média anual de 24,4 °C, máxima de 31,7 °C e mínima de 19,9 °C. A precipitação média anual varia entre 1600 e 1900 mm de chuvas.

No que diz respeito a Geologia, a UC localiza-se em área da região cratônica do Guaporé, na porção meridional da plataforma Amazônica. Compreende o complexo Xingu e o grupo Aguapeí que apresenta 3 subunidades: Fortuna, Vale da Promissão e Morro Cristalino. Compreende também formações geológicas quaternárias denominadas de Formação Guaporé.

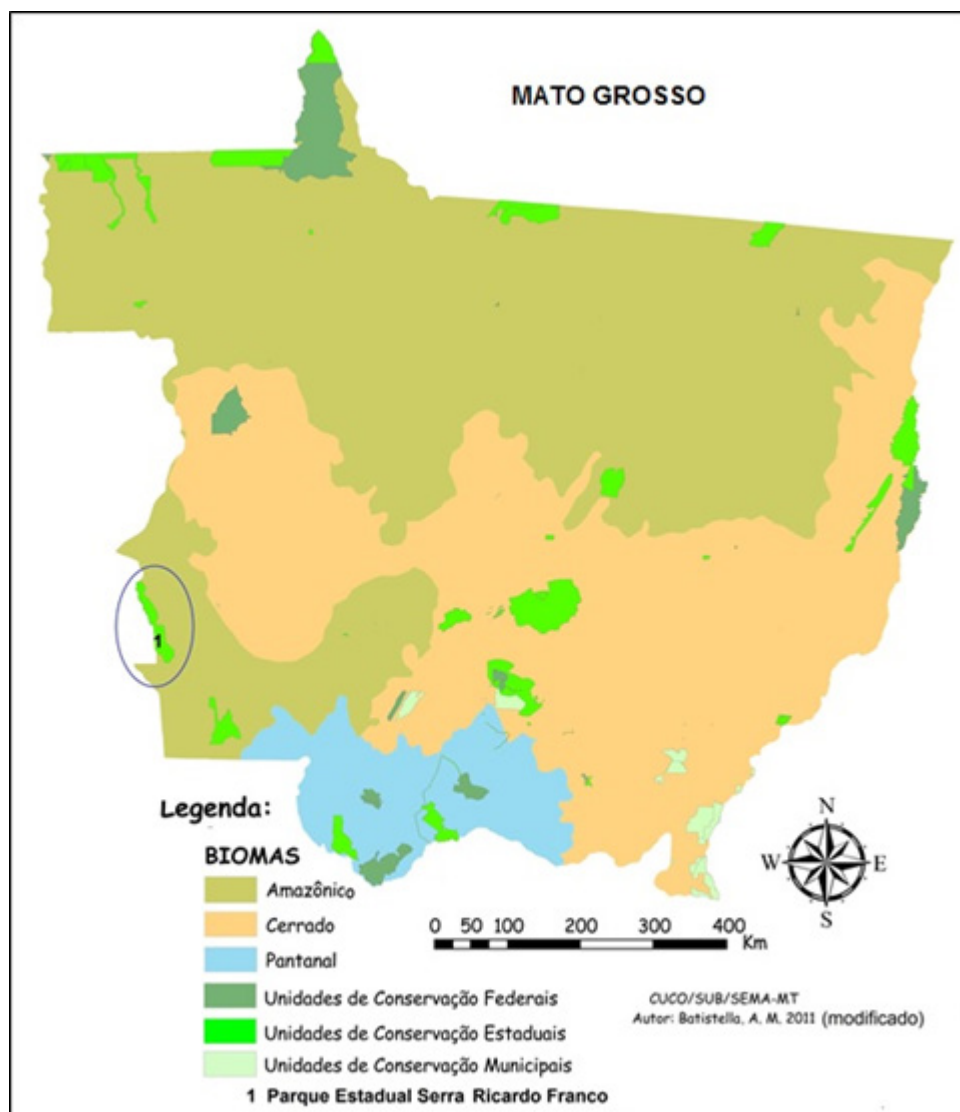


Figura 1: Localização da UC.

Fonte: SEMA, 2011 (modificado).

A área da UC abrange a unidade geomorfológica depressão do Rio Guaporé. A compartimentação e identificação das unidades que compõem a Serra Ricardo Franco compreende os seguintes conjuntos geomorfológicos: Conjunto das Terras Baixas: “planícies e pantanais do Alto Guaporé”; conjunto das terras elevadas: serras ou “planaltos residuais”; conjunto das terras intermediárias: “Depressão do Guaporé” e unidades de transição. A altitude varia de 300 a 900 metros.

Sobre a pedologia da área de estudo, observa-se que ela compreende considerável heterogeneidade: latossolo amarelo, podzólico vermelho-amarelo, plintossolo, gley pouco úmido, areias quartzosas, solos litólicos e afloramentos rochosos. Destaca-se que os solos citados geralmente apresentam forte acidez e baixa fertilidade natural.

Os rios que cortam a área estudada fazem parte da bacia hidrográfica Amazônica. Sobre a hidrografia da área estudada, destaca-se que ela está grandemente relacionada ao curso superior do rio Guaporé, cuja bacia hidrográfica é formada por tributários de relevante importância a nível regional. O curso principal do rio citado, seus lagos, meandros, florestas e campos inundáveis constituem o elemento primordial da

dinâmica ambiental, no contexto da hidrografia regional. Os tributários do rio Guaporé são: Alegre, Barbado, Piolho, Galera, Rio Verde e Capivari.

Sobre a vegetação da área de estudo (figura 1), observa-se que predomina o bioma amazônico. Entretanto, verifica-se em abordagens secundárias mais pormenorizadas a ocorrência de outras formações vegetais, principalmente as savânicas. Sendo assim, descreve-se as seguintes formações: formações florestais (floresta estacional); formações savânicas: formação savânica associada a vertentes, savana arborizada (cerrado), savana florestada (cerradão) e savana parque; formações de contatos ou transição: (contato floresta estacional/savana) e formações secundárias: formação secundária e floresta remanescente.

4 | ABORDAGENS SOBRE PLANO DE MANEJO DE UCS

O plano de manejo é uma das principais ferramentas utilizadas em UC a fim de protegê-las das ações provocadas principalmente pela atividade turística, como descreve o Decreto Lei nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

Artigo 5º - A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo.

Artigo 6º - Entende-se por Plano de Manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (BRASIL, 1979).

É através do plano de manejo que se determinam as possibilidades de uso e criação de normas para a utilização na unidade, inclusive no que se refere ao uso para fins turísticos. O plano de manejo trata-se, portanto, do documento que visa disciplinar dentre alguns, o uso turístico das unidades de conservação de forma a garantir a sustentabilidade da mesma. Em Brasil (2000), art. 2º, par. 7º é destacado que o plano de manejo é

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Em Mato Grosso (1997, p. 1) é observado que o plano de manejo é um “documento técnico que, com base nos objetivos de uma unidade de conservação, define o seu zoneamento, orienta e controla o manejo dos seus recursos, o uso da área, o desenvolvimento e a implementação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade”.

No que se a refere a UC em foco, observa-se que no momento da sua criação em 1997, através de lei específica, não observou-se o estabelecimento de uma data de elaborado do seu plano de manejo, o que talvez corroborou para que quase vinte anos

depois o mesmo ainda não se realizou. Acrescenta-se que no tocante a legislação do estado de Mato Grosso que trata sobre UCs, não encontrou-se detalhamento de data da elaboração de plano de manejo a partir de sua criação, especificamente naquela que em 1997 criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Já na legislação federal, no art. 27, inc. 3º tem-se que “o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação” (BRASIL, 2000, s. p.).

Tocantins; Almeida (2000), ao analisarem as cinco unidades de conservação federais do Estado de Mato Grosso, concluíram que elas protegiam apenas 0,46% da área do estado e possuíam apenas 14 funcionários, equivalendo a um funcionário para cada 30.000ha protegidos. Destacam também que naquele ano em nenhuma das unidades, segundo o estudo, possuía plano de manejo (atualmente tal cenário já evoluiu).

Sobre os planos de manejo dos parques estaduais, conforme informações disponíveis no site na SEMA-MT, das 17 UCs criadas até o momento, 10 já possuem o documento, enquanto o restante ainda não foi contemplado. Conforme relatado anteriormente, uma dessas UCs é aquela que está sendo estudada aqui. Ressalta-se que nos anos de 2010 e 2011 a SEMA-MT em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Turismo (SEDTUR-MT) publicou no diário oficial do estado de Mato Grosso respectivamente os termos de cooperação 019/2010 e 023/2011 visando a elaboração do plano de manejo da UC. Não foi verificado como se deram os andamentos dos termos de cooperação e dos seus insucessos. Acrescenta-se que não deve ser um motivo de comemoração, mas conforme exposto em Mato Grosso (2016), o estado possui 56% dos seus parques estaduais com plano de manejo, enquanto a média nacional é de 13%.

Nesse ínterim, no ano em curso veio à baila a iminente possibilidade da elaboração do plano de manejo da UC. Segundo a referência anterior, a SEMA-MT já tem na sua programação lançar o edital para contratação de uma empresa que faça o plano de manejo do parque até setembro deste ano. (...). O termo de referência está sendo analisado pelo setor administrativo e jurídico do órgão ambiental agregando um pacote de planos de manejo para 11 unidades estaduais do grupo de proteção integral, fazendo com que através da iniciativa, 100% deles terão meios de implementar ações para concretizar o uso público/racional dos seus espaços.

5 | RESULTADOS

O parque estadual Serra Ricardo Franco se enquadra dentro da característica de UC de Proteção Integral (PI) e sua guarda está a cargo da SEMA-MT. Foi criado em 04 de novembro de 1997 através do Decreto Lei número 1.796 e possui área de 158.620,85 ha. Conforme Mato Grosso (1997, p. 2) “os Parques Estaduais (...)

destinam-se à proteção integral de áreas naturais inalteradas ou pouco alteradas pela ação do homem, que oferecem relevante interesse do ponto de vista científico, cultural, cênico, educativo e recreativo”.

Conforme informações veiculadas pelo governo mato-grossense, a SEMA-MT lançará edital para contratação de empresa para fazer o plano de manejo da unidade de conservação e a partir daí terá como proposta abri-la para uso público na área de ecoturismo. Conforme Mato Grosso (2016) na área ocupada pela UC podem ser relacionados inúmeros atrativos: cachoeiras, piscinas naturais, vales e vegetação que reúne floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal, com espécies únicas de fauna e flora, algumas possivelmente desconhecidas da ciência. Também localiza-se nela a cachoeira do Jatobá, considerada a maior do estado de Mato Grosso, com 250 metros de queda.

Entretanto, existem algumas problemáticas inerentes ao uso racional da UC, principalmente àquelas relacionadas a regularização fundiária, pois na época de sua criação já haviam posseiros residindo o local e provavelmente ao longo de quase duas décadas diversos atores sociais promoveram “grilagem” de terras. Acrescenta-se também que as infraestruturas já instaladas dentro sua área vem sofrendo com a falta de manutenção e em grande parte não vem exercendo suas funções (figuras 2 e 3).



Figura 2: Sede (entrada) da UC (1); recomendações sobre o uso da UC (2); coletores para a seleção de resíduos recicláveis (3) e churrasqueira improvisada (4).

Fonte: Autor, (2016)



Figura 3: Placas de identificação da UC inutilizadas.

Fonte: Autor, (2016).

Com base na entrevista realizada com o gerente regional da UC, identificado como “L.M.”, foi possível relacionar algumas problemáticas existentes e que tem impactado principalmente a gestão do parque. São eles: a atividade de garimpagem de ouro, o desmatamento, o pequeno número de servidores disponíveis para gerir a UC (apenas dois – gerente e assistente técnico), a baixa identificação da população local com a real função da UC, o uso incorreto nas atividades de lazer (ingresso de veículo, som alto, disposição de resíduos gerados etc.). Acrescentou-se também um certo “entrave” relacionado ao limite oeste da UC fazer fronteira com a Bolívia. Do lado boliviano existe o parque nacional denominado “Noel Kempff” e no período de estiagem a propagação de incêndio na região é constante e as ações insuficiente por parte dos responsáveis pelo parque boliviano coloca em risco o meio biótico do parque estadual Serra Ricardo Franco. Mas segundo o entrevistado o ponto mais preocupante é a questão fundiária da UC, visto que cerca de 80% de sua área é ocupada por propriedades privadas.

Para o gerente do parque, tal situação só deverá se amenizar com a criação do plano de manejo e adoção do mecanismo de compensação ambiental (os reais proprietários que estão na área receberão indenização em decorrência de atividades impactantes ao meio ambiente). Sendo assim, considera-se que a elaboração e a implementação do plano de manejo da UC poderá trazer a sustentação legal para a mesma e ademais, mitigar e/ou excluir os conflitos existentes e vindouros, principalmente agrários e tornando assim reais e válidos os objetivos que se esperam

para a UC.

Enfim, as atividades de visitação praticadas em contato com atributos naturais e culturais de áreas protegidas buscam despertar o respeito e a importância destes recursos e o envolvimento da população humana com as UCs. Porém a falta de planejamento, normatização e fiscalização podem resultar em prejuízos tanto à experiência do visitante quanto à conservação da área. A elaboração do Plano de Manejo virá fomentar a utilização racional dos recursos naturais da UC.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as abordagens em torno de plano de manejo e principalmente sobre os seus objetivos é possível configurar uma relação entre ele com a UC, de modo que se visualize a importância do documento para o desenvolvimento de atividades sustentáveis a partir da formulação de diretrizes para criar, implantar e gerir unidades de conservação.

Conclui-se que sem o plano de manejo provavelmente uma UC não realiza minimamente a sua real função. Daí ressalta-se que para Terborgh e Schaik apud Lima *et al.* (2005) uma grande fração das unidades de conservação no mundo representa os chamados “parques de papel” referindo-se às unidades de conservação que não foram realmente implantadas e tem apenas uma existência virtual, como linhas desenhadas em mapas oficiais.

Mas acrescenta-se que é perceptível que a criação do plano de manejo em unidades de conservação vem se contrapondo às tendências de ocupação crescente do espaço natural, principalmente no tocante a atividade turística, que têm aberto frentes para a exploração em larga escala dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Federal n.º 84.017 de 21 de setembro de 1979.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em: 06. nov. 2009.

BRASIL. **Lei Federal N° 9.985 de 18 de julho de 2000 (SNUC).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 27. jun. 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito da natureza intocada.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LIMA, Gumerindo Souza et al. **Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v29n4/a17v29n4.pdf>>. Acesso em: 27. jun. 2016.

MATO GROSSO. **Diário oficial do estado de Mato Grosso, de 04 de novembro de 1997.** Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/>>. Acesso em: 27. jun. 2016.

MATO GROSSO. **Elaboração de estudo ecológico rápido para a criação e a implantação da**

unidade de conservação da Serra Ricardo Franco. Cuiabá: FEMA/SPVS, 1998.

MATO GROSSO. **Parque Serra de Ricardo Franco tem o maior potencial turístico do Estado.** Disponível em:< <http://www.mt.gov.br/-/3687737-parque-serra-de-ricardo-franco-tem-o-maior-potencial-turistico-do-estado> >. Acesso em: 27. jun. 2016.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

TOCANTINS, Nely; ALMEIDA, Álvaro Fernando de. As unidades de conservação federais: uma análise da realidade matogrossense. In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Trabalhos Técnicos, Campo Grande: 2000. v. 2. p. 638-644.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-145-9

